



**III CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

## **A ESCOLA DO CAMPO DE TEMPO E EDUCAÇÃO INTEGRAL: DA CONCEPÇÃO À PRÁTICA**

Jovania Maria Müller

*Estudante do Curso Interdisciplinar de Educação do Campo da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS  
(Campus de Laranjeiras do Sul) – [jovania\\_muller@yahoo.com.br](mailto:jovania_muller@yahoo.com.br)*

O debate em torno da escola de tempo integral tem sido retomado com mais intensidade a partir de 2007, através da instituição do Programa Mais Educação pelo Governo Federal, com sua extensão para as escolas do campo somente em 2012. Ao mesmo tempo, a incorporação dos pressupostos da educação do campo é uma realidade recente e circunscrita a uma parte das escolas do meio rural. Tendo em vista o caráter complexo e inovador envolvido na junção destas duas políticas no contexto das escolas públicas, é que a realização deste estudo se justifica. Neste sentido, o presente trabalho foi baseado em um estudo de caso realizado na Escola Municipal do Campo Alfredo Rosa, localizada no município de Rio Bonito do Iguçu/PR e pretende analisar os principais desafios, limites e potencialidades presentes na implementação da proposta de uma escola do campo que se pretende de tempo integral *com* educação integral. Uma das principais constatações feita pela pesquisa é o fato da Escola definir sua experiência como sendo de tempo integral e não de jornada escolar ampliada, o que de fato ela é, se for tomado como base a legislação vigente sobre o assunto, já que a permanência dos alunos em “jornada integral” acontece somente em três dias da semana. Embora que do ponto de vista teórico-conceitual não exista uma noção clara por parte da Escola sobre a diferenciação entre o tempo integral e a ampliação da jornada escolar, na prática, a instituição desenvolve uma proposta de educação integral, articulada aos pressupostos da educação do campo.

Educação integral; Escola em tempo integral; Programa Mais Educação; Educação do campo.



## INTRODUÇÃO

A necessidade de qualificação do sistema educacional brasileiro é uma questão unânime entre estudiosos da área e gestores de políticas públicas, frente aos persistentes problemas enfrentados, tais como a repetência e evasão escolar, dificuldades na alfabetização e na aprendizagem, desinteresse dos alunos pela escola, ampliação do papel social da escola frente à crescente urbanização, entre outros. Mediante este contexto, a escola pública em tempo integral tem sido “re-apresentada” como uma das possíveis alternativas, já que a disponibilização de um tempo maior de estudo e permanência na escola, ampliaria as oportunidades de aprendizagem e a socialização das crianças, adolescentes e jovens. No entanto, se é consenso que a ampliação da jornada escolar pode ser um caminho nesta direção, o mesmo não se pode afirmar sobre a concepção de educação que deve - ou deveria - estar vinculada a esta estratégia, quer seja, a de educação integral, pois além de comportar diferentes nuances e matizes conceituais, a sua execução também é uma questão complexa, por exigir mudanças profundas do ponto de vista pedagógico e organizacional da escola e do próprio sistema de ensino (GONÇALVES, 2006; GUARÁ, 2006; CAVALIERE, 2007; CALDART, 2012 e CELHO, 2012).

Nos últimos anos, e com maior intensidade a partir do ano de 2007, a temática da escola pública em tempo integral tem ganhado amplo espaço na agenda política e educacional, a partir da implantação do Programa Mais Educação - PME pelo Governo Federal. Trata-se de um programa ambicioso, pois além da necessária incorporação da concepção de educação integral que respalda e sustenta a proposta, a sua implementação exige mudanças em todo o sistema de ensino, como também no planejamento e gestão dos estabelecimentos de ensino, levando à necessária reorganização da escola, seja em termos da infraestrutura física, corpo de professores e funcionários, além da maior aproximação entre comunidade e escola (MOLL, 2012).

Um desafio particularmente inovador que tem sido enfrentado na implementação desta proposta diz respeito às escolas situadas no meio rural, quer seja, o de articular a escola pública de tempo integral aos princípios e particularidades da educação do campo, já que esta última passou a ser pautada pelo poder público a partir dos anos 90, através da pressão dos movimentos sociais, em particular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, em sua luta por mais escolas no campo (CALDART, 2012). Por outro lado, o PME passou a atender as escolas do campo com a oferta do tempo integral apenas a partir de 2012.

Considerando, portanto, o caráter inovador envolto nesta articulação da temática da escola em tempo integral, com a própria concepção de educação que está posta como pano de fundo e os



preceitos da educação do campo, faz-se necessário a realização de estudos e reflexões sobre as propostas que já estão em curso em escolas *no* e *do* campo<sup>1</sup>, no sentido de se buscar subsídios que possam contribuir na qualificação, ampliação e consolidação desta importante política pública no sistema educacional. Estes estudos também se justificam na medida em que o atual Plano Nacional de Educação propôs como meta para o decênio 2014-2024 a oferta da educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da educação básica” (BRASIL, 2014), o que aponta para uma provável intenção - embora gradual - de se universalizar o tempo integral para todos os alunos das escolas públicas de educação básica do país.

Tratar do debate da educação pública em tempo integral remete, necessariamente à discussão em torno do que é ou do que trata este “tipo” de educação e as diferentes nuances presentes em sua concepção. Existe diferença entre os termos “ampliação da jornada escolar” e “tempo integral”? Falar de escola em tempo integral é o mesmo que fazer referência a uma educação integral? É possível articular as concepções de educação integral e de educação do campo em uma proposta de escola de tempo integral *no* e *do* campo? Desta forma, o presente trabalho foi elaborado tendo por base a experiência da Escola Municipal do Campo Alfredo Rosa, localizada no interior do município de Rio Bonito do Iguazu/PR, que vem implementando a proposta de ampliação da jornada escolar desde o ano de 2012, a partir de sua adesão ao Programa Mais Educação. Pretende-se com este estudo pesquisar se e de que forma a Escola tem conseguido articular um projeto de educação em tempo integral com os pressupostos da educação do campo e a partir deste recorte, identificar quais são os principais limites, desafios e possibilidades que têm sido vislumbrados na implementação desta proposta.

## **METODOLOGIA**

Para a realização da presente pesquisa, optou-se pelo estudo de caso, realizado de outubro a dezembro/2015. Os dados primários da pesquisa foram obtidos através de visita à Escola, para observação do ambiente escolar, além da condução de entrevista semiestruturada com a Diretora e de conversas informais com professores da instituição e da Secretaria Municipal de Educação - SME. Os dados secundários que deram sustentação teórica ao estudo foram obtidos fundamentalmente em Gonçalves, 2006; Guará (2006); Coelho (2012); Moll (2012) e Caldart

---

<sup>1</sup> Em contraposição à educação rural e/ou no meio rural. Assim “*No*: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; *Do*: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (CALDART, 2012, p. 26).



(2012), além da análise documental da legislação pertinente ao assunto.

## **RESULTADO E DISCUSSÃO**

Em 2009, o poder público municipal, em conjunto com a Secretaria Estadual de Educação - SEED, através do Núcleo Regional de Laranjeiras do Sul - NRE/LS, realizou um processo de readequação em algumas escolas. Além da Alfredo Rosa ser municipalizada, passando a ofertar a Educação Infantil (4 e 5 anos de idade) e os anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), foi proposto o desafio de implantar a primeira proposta de tempo integral em uma escola do campo. A partir disso, a Direção da Escola realizou visitas a alguns municípios que já haviam iniciado a proposta do tempo integral para que se pudesse compreender melhor a organização e funcionamento deste tipo de projeto. Posteriormente, foi apostado em um amplo processo de mobilização e conscientização da comunidade, através da realização de reuniões com os pais, professores e funcionários, para apresentar, discutir e assim consolidar a proposta pedagógica e organizativa do projeto.<sup>2</sup>

No início do ano letivo de 2012, após um período preparatório, a Escola deu início à ampliação da jornada escolar em três dias da semana, através da oferta de atividades complementares no contraturno, como o taekwondo, balé, comunicação, contação de histórias, informática, inglês e raciocínio lógico. Embora a Escola tivesse aderido ao Mais Educação, já que neste ano foi aberta a extensão desse Programa aos estabelecimentos de ensino localizados no meio rural, os recursos não foram disponibilizados durante o ano letivo, fazendo com o município se responsabilizasse pelo total custeio dessas atividades.

Como no ano seguinte, houve a descentralização dos recursos financeiros do PME, a Escola manteve a jornada ampliada em três dias da semana, mas passou a contar, além das atividades complementares já bancadas pelo município, com uma diversidade de outras oficinas, como o acompanhamento pedagógico (obrigatório pelas normativas), além de canto e coral, judô, arte gráfica e literatura, violão e flauta doce, inglês, matemática, língua portuguesa e leitura e expressão corporal.

Ainda neste mesmo ano de 2013 e em função da adesão ao PME, o município passou a contar com a assessoria pedagógica da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS (campus de

---

<sup>2</sup> A partir disso, a Direção da Escola realizou visitas a alguns municípios que já haviam iniciado a proposta do tempo integral para que se pudesse compreender melhor a organização e funcionamento deste tipo de projeto. Posteriormente, foi apostado em um amplo processo de mobilização e conscientização da comunidade, através da realização de reuniões com os pais, professores e funcionários, para apresentar, discutir e assim consolidar a proposta pedagógica e organizativa do projeto.



Laranjeiras do Sul), que incentivou a Escola a apresentar um projeto diferenciado de educação integral à SME, buscando o avanço da concepção pedagógica da experiência já em curso. A intenção da Escola era de realizar a “quebra” da divisão das atividades da escola em turno e contraturno, onde no primeiro são ministradas as “aulas normais”, com os conteúdos do núcleo comum obrigatório (de acordo com o estabelecido pela LDB/96) e no outro as oficinas. Na proposta apresentada, era de que ambas as atividades fossem trabalhadas de forma articulada, através de sua incorporação e reorganização em um currículo integrado. Outro componente importante da proposta era a realização da transição da jornada ampliada de três dias da semana para o tempo integral, mas com a diminuição do tempo de permanência dos alunos na Escola, que era de cerca de nove horas<sup>3</sup>, para até sete horas diárias, nos moldes propostos em lei (BRASIL, 2007b).

No entanto, e conforme a Diretora, o projeto não foi aprovado em função de questões de ordem legal, já que o NRE/LS havia autorizado somente o funcionamento de escolas em “tempo integral” de acordo com o “modelo padrão do PME”, composto de turno e contraturno e que inclusive estava sendo adotado pelas demais escolas na região que aderiam ao Programa<sup>4</sup>.

Embora o PME possibilite a opção da escola em implantar a jornada escolar ampliada, a sua intenção maior é a de ser *indutor* na construção da proposta de escola de tempo e educação integral (MOLL, 2012), objetivo esse que fica claro na própria Portaria N°17/2007, ao estabelecer que o Programa “(...) visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no *contraturno escolar*” (grifos nossos). No entanto, ao fazer referência à oferta das atividades no contraturno, o Programa acaba dando vazão para uma interpretação restritiva de escola de tempo integral e da própria concepção de educação integral, a qual sinaliza para a construção de um currículo integrado e articulado ao projeto político pedagógico, como parece ter sido o caso do NRE. Desta forma, propor uma educação integral, mas mantendo o “paradigma” do contraturno como aquele em que são ofertadas algumas oficinas ou atividades de “reforço escolar”, contribui para uma visão “convencional do tempo integral”, como

---

<sup>3</sup>Para isso, seria necessário haver alterações nos horários do transporte escolar, já que as crianças que residem nas comunidades mais distantes da Escola, são obrigados a estar no ponto de ônibus às 5:40 h da manhã para poder chegar às 7:30 h, horário do início das aulas ou das oficinas, no caso daquelas crianças que terão aulas no contraturno. Como os alunos ficam o dia todo na Escola, inclusive no intervalo do almoço e precisam aguardar até às 17:00 horas, quando o ônibus faz o retorno, a permanência dos alunos na Escola é de cerca de 9 horas.

<sup>4</sup> Outra questão apontada para a recusa da proposta foi a necessidade de se realizar mudanças no sistema de transporte escolar, já que o “recolhimento” dos alunos das escolas municipais e estaduais é feito pelo mesmo veículo. A Escola defendia a ideia de que as aulas fossem ministradas das 8:30 horas às 16:00 horas. Desta forma, como a proposta era de que o tempo integral fosse ofertado nesses moldes, haveria a necessidade de se colocar ônibus específicos para atender a Alfredo Rosa ou então que a Escola da comunidade vizinha, que compartilha a mesma linha de ônibus, passasse também a funcionar nos mesmos horários, alternativas consideradas inviáveis pelo Núcleo Regional.



sendo a simples ampliação da jornada escolar, com o risco de se oferecer “mais do mesmo”, conforme alertam Gonçalves (2006) e Coelho (2012).

A Diretora aponta argumentos do ponto de vista pedagógico e “prático”, em defesa da diminuição do tempo de permanência das crianças na Escola, que conforme explicado anteriormente, é de cerca de 9 horas, pois, segundo ela:

Se o turno fosse de 7 horas diárias, além das vantagens discutidas em relação aos alunos e pais, também facilitaria a organização da escola, pois os professores teriam uma carga horária total de oito horas, sendo que a última hora seria utilizada para realizar a avaliação do dia e o planejamento do dia seguinte, oportunizando que se realizassem pequenas correções e adequações na rotina, além de uma maior integração entre os professores e osicineiros.

Neste sentido, o objetivo da Escola, ao propor um horário diferenciado, era o de adequar as especificidades da escola do campo à proposta pedagógica, conforme é previsto pela Lei nº 9394/96 (BRASIL, 1996). Desta forma, os filhos poderiam ajudar os pais em algumas tarefas agrícolas no início do dia e ao final, além de poderem conviver um pouco mais de tempo com a família e poderem aprender o ofício de agricultores, já que este é um dos principais argumentos dos pais que resistem em matricular seus filhos nos dias de jornada ampliada. De acordo com a avaliação da Diretora, esta é uma das grandes diferenças e também uma das maiores dificuldades da escola do campo em tempo integral em relação à escola urbana, pois na cidade o horário é mais flexível em função da menor distância a ser percorrida pelos alunos até a Escola. Além disso, a organização escolar é menos complexa, já que na cidade não é necessário que os alunos permaneçam na escola durante o horário de almoço.

Apesar da recusa do projeto, no ano letivo de 2014 a Escola resolveu realizar a experiência do currículo integrado, sendo que a proposta foi executada “informalmente”, mas somente em três dias da semana, fazendo com que todos os alunos tivessem que ser matriculados neste formato. Já no de 2015, em função da não aprovação do projeto e da diminuição da frequência dos alunos, frente a permanência da jornada de 9 horas, a Escola voltou a ofertar as aulas num turno e tornando a matrícula opcional no contraturno, onde foram ofertadas as atividades complementares e as oficinas, conforme orientado pelo NRE. A Diretora avalia que este projeto foi muito importante, apesar da desistência de parte das crianças no decorrer do ano:

No início havia muita participação dos alunos, mas principalmente no inverno, por causa do frio, parte das crianças menores acabaram desistindo, pois tinham que acordar muito cedo para estarem às 5:40 no ponto de ônibus. Mas foi uma experiência muito relevante, pois os pais puderam ter a oportunidade de acompanhar e de se conscientizar da importância do tempo integral para a formação dos filhos. Foram os passos decisivos para a continuação do projeto.



Do ponto de vista pedagógico, ela afirma que “foi o período em que a proposta teve um melhor funcionamento, com ótimos resultados qualitativos”. No entanto, também faz algumas ressalvas em relação às dificuldades encontradas e que também motivaram o retorno da Escola à proposta “padrão” do PME. De acordo com a entrevistada, após a não aprovação do projeto de currículo integrado:

(...) resolvemos contar com a SME e dar continuidade em contra turno conforme a legalidade, tanto na proposta, quanto no Regimento da Escola, pois daquela forma os alunos todos eram obrigados a frequentar e desta forma a matrícula ficou opcional, ficou melhor para os pais que não queriam mandar seus filhos nos dias integrais. Também tinha a questão dos registros em livros de chamada no sistema que é em turnos e não integrado e para dar continuidade no projeto precisava ter autorização da SEED...

Se por um lado o fato da participação das crianças no contraturno ter sido opcional, fato esse que provocou a diminuição do número de alunos matriculados em 2015, por outro, contribuiu para a melhoria do nível de frequência dos alunos que aderiram à proposta, pois quando isto era obrigatório, havia um percentual relativo de faltas por parte daqueles que não queriam estar na Escola o dia todo, seja por opção própria da criança ou pela decisão dos pais.

Um outro aspecto importante levantando pela entrevistada, diz respeito à continuidade e à sustentabilidade financeira do projeto. Em 2014, os recursos do PME foram liberados somente em agosto e para o ano de 2016 não havia previsão de lançamento de um novo edital, tendo em vista os cortes orçamentários feitos pelo Governo Federal em função do atual cenário de crise política e econômica. Desta forma, avalia que o PME é “muito bom, especialmente por causa dos recursos de manutenção, mas ele deveria ter continuidade”. Ou seja, a proposta da Escola, em grande medida, só foi e será possível, “graças à parceria com a SME” já que, por ocasião da pesquisa, o município bancava 9 das 13 oficinas ofertadas, cenário esse instável frente às eleições municipais de 2016.

Por ocasião da pesquisa, do total dos 117 alunos matriculados e descontando as crianças da Educação Infantil que não participam da proposta do PME, cerca de 70% estão também matriculados no contraturno. Para tanto, a Escola contava com 9 professores, dos quais somente dois com 40 horas e os demais com 20 ou 30 horas semanais de trabalho. No entanto, para a Direção da Escola, o ideal seria que todos os professores fossem em tempo integral, o que propiciaria um melhor planejamento e avaliação das atividades e a oferta de um ensino de melhor qualidade. Questão essa que é destacada por Giolo (2012, p. 102):

A escola de tempo integral exige professores em tempo integral. O professor que ministra aulas em um turno precisa acompanhar ou, ao menos, orientar as atividades realizadas no outro. Com isso, o professor terá dedicação exclusiva na escola e, como forma de preencher a sua carga horária, não precisará ministrar disciplinas para as quais não tem



# III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE  
E D U C A Ç Ã O

formação ou, o que é mais dramático, dividir-se entre duas ou três outras escolas. E mesmo que tenha que ministrar disciplinas para as quais não tem formação, terá o tempo necessário para estudar e preparar-se.

Até o 3º ano, onde se completa a alfabetização, a organização é por ciclo de formação, onde a avaliação não é feita através de sistema de provas e notas. São realizadas “sondagens” (espécie de diagnóstico) sobre o processo de aprendizagem dos alunos, os quais podem ser reprovados somente por faltas. Assim, quando necessário, a “recuperação” do aluno é feita no decorrer do ano letivo, através de reforços onde for constatado alguma dificuldade ou deficiência. As turmas são compostas por cerca de 15 a 18 crianças, o que possibilita realizar um melhor acompanhamento individual. Como os alunos passam por vários professores (sala de aula e oficinas), as deficiências e as limitações individuais vão sendo observadas e identificadas e desta forma, é feito um trabalho de “reforço” em relação aos aspectos que precisam ser melhor trabalhados. Os alunos ditos “especiais”, com algum problema de aprendizagem, são integrados nas turmas, acrescido de acompanhamento específico na sala multifuncional duas vezes na semana. A cada 60 dias é realizado o Conselho de Classe, momento onde também é realizada a avaliação dos alunos e diagnosticado possíveis problemas e dificuldades que vão sendo trabalhadas no decorrer das aulas e/ou oficinas. Essa avaliação também é feita durante as horas-atividades dos professores<sup>5</sup>.

Um outro aspecto interessante é que todos os anos a Direção chama o corpo de professores e funcionários para avaliação e planejamento das atividades, pois conforme destaca a entrevistada, a escola integral precisa da participação, troca de ideias, comprometimento e cooperação de toda a equipe com o projeto, já que sua implementação exige toda uma readequação e reorganização da escola (tempos e espaços). Para ela, “o primeiro ano foi o mais difícil, depois a proposta foi sendo ajustada no cotidiano”, através da colaboração de toda a equipe.

Quando foi perguntado qual o entendimento da Escola em relação à educação integral e escola em tempo integral, a Diretora disse que “educação integral significa uma educação mais voltada para o sistema todo e em todos os dias e em tempo integral seria a forma que trabalhamos: alguns dias da semana”. Pela definição, percebe-se que existe uma certa confusão conceitual na aplicação dos termos. Assim, ao se referir à educação integral como sendo aquela que acontece todos os dias e o tempo integral a forma que a escola trabalha, ou seja, em três dias da semana somente, a entrevistada se reportou, na verdade, à noção de tempo integral e ampliação da jornada

<sup>5</sup> Um outro aspecto interessante é que todos os anos a Direção chama o corpo de professores e funcionários para avaliação e planejamento das atividades, pois conforme destaca a entrevistada, a escola integral precisa da participação, troca de ideias, comprometimento e cooperação de toda a equipe com o projeto, já que sua implementação exige toda uma readequação e reorganização da escola (tempos e espaços). Para ela, “o primeiro ano foi o mais difícil, depois a proposta foi sendo ajustada no cotidiano”, através da colaboração de toda a equipe.





escolar, respectivamente. Ou seja, embora a legislação defina a “educação básica em tempo integral a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo” (BRASIL, 2007b), para a Escola, a proposta em curso não é concebida como sendo de jornada ampliada e sim de tempo integral. Esta mesma concepção foi constatada em relação à SME, ao informar que a “Escola Alfredo Rosa é a única que trabalha em tempo integral, por isso é considerada um projeto-piloto, já que as demais escolas somente desenvolvem atividades complementares dentro do PME”.

Através destas “falas” pode-se inferir que a proposta da Escola em curso pode ser caracterizada, do ponto de vista da definição legal e conceitual como de jornada escolar ampliada, já que os alunos permanecem por cerca de 9 horas somente em três dias da semana. Por outro lado, e baseado nas observações feitas *in loco*, nas “falas” da entrevistada e nas conversas informais com alguns professores, pode-se afirmar que na concepção de educação que norteia o trabalho estão presentes os pressupostos de uma *educação integral*. Esta afirmação também está ancorada na preocupação com a “formação o mais completa possível” dos alunos, a qual deve ir além das aulas e conteúdos obrigatórios definidos em lei, já que a vantagem do “tempo integral” é a de:

Oportunizar aos alunos mais conhecimento, desenvolvimento de outras habilidades, como a dança, música, teatro... Além de ter mais tempo para aprofundar os conteúdos do currículo, jogos, pesquisa, experiências.... Acredito ser uma formação mais completa no desenvolvimento dos educandos, gratuita e de qualidade para todos os filhos de agricultores moradores no campo, longe dos centros onde as crianças tem mais oportunidade de participar de algo além das aulas do núcleo comum obrigatório (Diretora).

Outro fato que reforça esta afirmação é o próprio fato da Escola ter tomado a iniciativa de apresentar um projeto que pode ser caracterizado como sendo de “de tempo integral *com* educação integral”, articulado a um currículo integrado. Embora este projeto não tenha sido aprovado pelo NRE, foi “testado informalmente” durante o ano letivo de 2014, o que deixa transparecer por detrás desta atitude, a intenção, o esforço e o compromisso da Escola em colocar em prática uma educação integral. Esta questão fica clara ao destacar as dificuldades de se trabalhar com a escola de “tempo integral”:

(...) o que era mais difícil, já está tranquilo, que é a formação de professores e aceitação de trabalho em grupo e troca de experiências entre professores e monitores equipe escolar. Mudar aquilo que já está enraizado a muitos e muitos anos não é tarefa fácil, exige coragem e persistência de toda a equipe, segurança de que vai dar certo para convencer sua clientela, qualidade do trabalho para permanência e frequência dos educandos, apoio tanto de pessoas, quanto financeiro - exige horas extras para cuidadores, na limpeza, nas refeições...As serventes têm de adaptar horários de limpeza, entra e sai toda hora e circulação nos espaços, várias refeições diárias para alunos em horários certos, com acompanhamento de nutricionista...(Diretora).

Tomando por base as propostas do referido projeto e as “falas” anteriores, pode-se também



adentrar no outro objetivo do estudo que é o de analisar *se e de* que forma a Escola tem conseguido articular um projeto de educação em tempo integral com os pressupostos da educação do campo.

Cabe aqui destacar que ano de 2013, houve uma mudança no nome da instituição, que passou a se chamar “Escola Municipal *do Campo* Alfredo Rosa”. Ao ser questionada sobre este fato e em relação à concepção de “escola do campo”, a entrevistada argumentou que:

Acho que a questão de nomenclatura ficou somente na troca do nome, porque não vejo muita mudança na questão de currículo das escolas do campo em nível nacional, são feitas adequações nas próprias SME e nas escolas. Tudo ainda é muito pensado para todos de forma igual. Percebe-se pelas avaliações do INEP, pois vale a mesma prova para alunos do campo e da cidade! Em relação a recursos foi ótimo, porque recebemos PDDE do campo e acessibilidade, onde pudemos adequar espaços e comprar materiais necessários para atender melhor alunos e professores.

Neste sentido, Caldart (2012) alerta que apesar das conquistas alcançadas pelo movimento em prol da educação do campo e dos avanços em termos de legislação, há ainda um descompasso muito grande em sua concretização na forma de políticas públicas que de fato consigam chegar até o “chão das escolas” a ponto de provocar mudanças significativas das práticas educativas e da realidade mais ampla. Desta forma, a construção da escola *no e do* campo, ainda enfrenta muitos desafios:

A visão de muitos é de que a escola do campo pode aceitar qualquer coisa e que a criança do campo não precisa de muito. Existem muitos desafios como as estradas para o transporte das crianças, épocas de frio e chuva, o tempo de permanência na escola por causa dos horários dos ônibus e o tempo dentro de ônibus.... Acho mais difícil conciliar, escola do campo com educação integral nestes moldes padronizados em âmbito nacional como está. Mas nós já superamos muita coisa! (Diretora)

Desta forma, pode-se inferir, em última análise, que se ainda não há uma proposta materializada de escola de tempo integral *com* educação integral, articulada a uma concepção de escola *no e do* campo, ela existe na “concretude” da intencionalidade e disposição da Escola Alfredo Rosa em continuar “tocando” e aprimorando a atual proposta, apesar das dificuldades do cotidiano e também em persistir na ideia de reapresentar o tal projeto ao NRE, objetivo este revelado pela própria entrevistada.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Uma das principais constatações feita pela pesquisa é o fato da Escola definir sua experiência como sendo de tempo integral e não de jornada escolar ampliada, o que de fato ela é, se for tomado como base a legislação vigente sobre o assunto, já que a permanência dos alunos em “jornada integral” acontece somente em três dias da semana. Embora que do ponto de vista teórico-conceitual não exista uma noção clara por parte da Escola sobre a diferenciação entre o tempo



integral e a ampliação da jornada escolar, na prática, a instituição desenvolve uma proposta de educação integral.

Esta afirmação pode ser comprovada mediante a constatação de que o foco principal do trabalho didático-pedagógico, é a preocupação com uma formação o mais completa possível dos alunos, fazendo com que os tempos, espaços e atividades escolares, sejam elas a do “turno” ou “contraturno” tenham sido todos reorganizados com a intencionalidade de ampliar as oportunidades de aprendizagens significativas dos alunos, com um envolvimento e participação efetiva de toda a equipe da escola: a direção, corpo de professores e funcionários. Aliás, este “espírito” de cooperação e comprometimento pode ser apontado como um dos elementos centrais que sustentam o projeto *de e da* Escola, apesar das dificuldades e desafios enfrentados em seu cotidiano.

Outra consideração importante de ser destacada e que está relacionada às dificuldades e desafios enfrentados no cotidiano da Alfredo Rosa, diz respeito às características próprias da escola que está localizada no campo. No tal projeto não aprovado pelo NRE e que propunha um amplo conjunto de atividades diversificadas e integradas ao currículo escolar, dando a “forma e conteúdo” de uma escola de tempo integral com educação integral, também estava implícita uma íntima e necessária articulação aos pressupostos da escola *no e do* campo. Neste sentido, na justificativa da mudança dos horários do ônibus, estava a intenção de propiciar um convívio maior com a família, além de possibilitar aos alunos o tempo necessário para a aprendizagem das “lidas do campo”, característica central da agricultura familiar. Em decorrência disso, a menor permanência diária dos alunos na escola seria compensada pela proposta de se ampliar a jornada escolar para todos os dias da semana, concretizando, de fato, o tempo integral. Desta forma, toda a proposta estava embasada no sentido de sua necessária adequação e articulação às especificidades dos sujeitos do campo. Em outras palavras, a condição básica para se ter uma escola de tempo integral *com* educação integral na realidade *em questão*, somente seria possível se esta escola fosse *do campo*, mostrando a íntima relação entre estas concepções.

No entanto e embora a pesquisa tenha tido vários “achados”, também resultou em várias novas indagações que merecem ser melhor exploradas. Neste sentido e visando um melhor aprofundamento sobre a concepção de escola do campo de tempo integral *com* educação integral que está presente na experiência analisada, seria necessário “ouvir” os sentidos e significados dados a estes conceitos pelos principais sujeitos do processo de ensino-aprendizagem, quer seja, os alunos. Da mesma forma, é imprescindível dar “voz” aos outros protagonistas deste processo, quer seja, os pais, professores e também o poder público, representado pelas Secretarias de Educação Municipal



e Estadual. Será que todos partilham das mesmas visões em torno das expectativas, interesses e necessidades deste “tipo de escola”? É possível, recomendável e viável propor uma escola do campo de tempo e educação integral frente à realidade sociocultural, política e econômica da agricultura familiar e camponesa? Quais são os principais desafios para a sua concretização?

Por fim, cabe ressaltar a importância das políticas públicas na indução e apoio a projetos que visam implantar e consolidar a escola e a educação de tempo integral, seja na cidade ou no campo. No entanto, para que estas políticas possam, de fato, cumprir com este papel, é preciso que além de sua concretização e adequação em nível local, haja o esforço e a determinação necessária para a sua continuidade e sustentabilidade no longo prazo, como forma de garantir o acesso e o direito de todos à uma educação pública de qualidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: D.O.U, 996.

\_\_\_\_\_. **Portaria Interministerial Nº 17 de 24 de abril de 2007**. Brasília: DOU, 2007<sup>a</sup>

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 6.094 de 24 de abril de 2007**. Brasília: DOU, 2007b.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo**. In: CALDART, R. S. *et al* (orgs.). Dicionário da educação do campo. Expressão Popular: São Paulo, 2012.

CAVALIERE, Ana Maria Vilela. **Tempo de Escola e qualidade na educação pública**. In: Educação & Sociedade, Campinas: CEDES, vol. 28, nº. 100 (Especial), 2007.

COELHO, Lígia Martha da Costa. **Alunos no ensino fundamental, ampliação da jornada escolar e educação integral**. In: Educar em Revista, Curitiba: UFPR, nº. 45, jul./set., 2012.

GIOLO, Jaime. **Educação de tempo integral**: resgatando elementos históricos e conceituais para o debate, In: MOLL, J., et al. Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

GONÇALVES, Antônio Sérgio. **Reflexões sobre educação integral e escola em tempo integral**. In: Cadernos Cenpec, v. 1, nº 2, 2006.

GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. **É imprescindível educar integralmente**. In: Cadernos CENPEC, nº. 2, 2006.

MOLL, Jaqueline. **Programa Mais Educação**: avanços e desafios para uma estratégia indutora da educação integral e em tempo integral. In: Educar em Revista, Curitiba: UFPR, nº. 45, jul./set. 2012.